



SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CENTRO

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL E CONSELHO GERAL

ACTA Nº 164

CONSELHO GERAL DE 03/03/2017

Conforme convocatória da MAG/CG de 16 Fevereiro 2017, realizou-se no dia 03 de Março de 2017, no Hotel Príncipe Perfeito em Viseu o Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Centro, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1 – Informações

Ponto 2 – Análise discussão e votação de:

a) - Orçamento Suplementar da Acção Sindical 2016

b) - Orçamentos Ordinários para o ano 2017 dos Regimes Acção Sindical, SAMS - Regime Geral – SAMS Regime Especial;

Ponto 3 – Eleição dos Delegados do SBC ao Congresso da UGT.

Pelas 14,30 horas, O **Presidente da MAG/CG, Carlos Silva**, deu as boas vindas a todos os conselheiros, justificou as razões porque só agora acontecia este Conselho Geral (CG), para aprovar os orçamentos, sendo do conhecimento geral que isso se deve à Assembleia Geral Eleitoral de 9 de Dezembro de 2016, da qual saiu a nova direcção. Fez votos para que a sessão decorresse com activa participação de todos.

O **Primeiro Secretário, Amílcar Pires**, leu a convocatória do Conselho Geral e o **Presidente da MAG/CG Carlos Silva** introduziu o ponto

Fora da Ordem e Trabalhos

Abertas as inscrições intervieram os conselheiros:

João Paulo Carrasco interveio para se manifestar contra a situação dos trabalhadores da CGD. Foram congeladas as promoções por antiguidade entre 2013 e 2016 por causa da alegada crise. A anterior administração, que durou pouco tempo, não resolveu esse problema. A nova administração descongelou as promoções mas o tempo em que estiveram congeladas não é considerado para a progressão. Em sua opinião, isto é um absurdo que os sindicatos têm obrigação de resolver, para que os trabalhadores não sejam duplamente prejudicados, concretamente os que forem abrangidos pela reestruturação que está em marcha.

António Guiné este conselheiro quis saber como está a situação da dívida do SNS para conosco, na ordem dos 9,7 milhões de euros. Citou uma entrevista do presidente do SBN na revista da FEBASE onde ele diz que o Norte já resolveu o diferendo da dívida com o Estado, cujo montante era bem mais alto que o nosso. Pergunta se a nova direcção já entabulou negociações e se há avanços para solucionar este problema.

Presidente da direcção, Helena Carvalheiro começou por lembrar que esta direcção só tomou posse a 23 de Dezembro. Já tinha previsto no ponto das Informações abordar este assunto CGD. A FEBASE em tempo oportuno pediu uma reunião com o então presidente da CGD, Dr. António Domingues. Houve a reunião, o assunto foi discutido, só que não se adiantou nada de concreto. Com esta administração aguarda-se que o Dr. Paulo Macedo receba os sindicatos da FEBASE, para que sejam esclarecidos sobre toda a problemática situação dos trabalhadores da CGD, convencidos de que não haverá reestruturação sem que previamente nos seja dado conhecimento. Sobre a intervenção do conselheiro Guiné, a dívida do SNS mantém-se. Ainda não houve tempo nem oportunidade para reunir com o ministério da saúde, ainda que este assunto seja uma das prioridades desta direcção. Esta dívida arrasta-se há 6/7 anos, embora nós também sejamos devedores de cerca de 7,5 milhões de euros. Se necessário, envolveremos a UGT e o seu secretário-geral para que nos ajude a resolver esta situação.

Leonel Silva abordou novamente o processo “sindicato único” para questionar em que ponto se encontra e a necessidade de que avance. Deu como o exemplo os Protocolos que existem com alguns hospitais em que uns sindicatos têm, outros não. Isto significa que os bancários da FEBASE têm condições de acesso diferenciadas. Com um sindicato único isto não aconteceria. Quanto ao Novo Banco a reestruturação está em marcha e diz-se que mais 350 trabalhadores irão deixar o banco. Este é um processo complicado, se os sindicatos sabem que condições os trabalhadores irão ter e quem vai ser abrangido, seria bom que nos fosse transmitida essa informação para que possamos elucidar quem nos procura.

Gentil Louro como complemento à intervenção do conselheiro Paulo Carrasco confirma que os 4 anos em que as promoções estiveram congeladas, contam para tudo menos para antiguidade de novas promoções. Isto porque o anterior governo legislou nesse sentido e este ainda não revogou.

João Paulo Carrasco compreende o que disse o Gentil por isso é que reforça o apelo ao sindicato para que reverta esta situação. “As coisas só são ilegais até serem legais”, concluiu.

Presidente da direcção sobre a intervenção do conselheiro Leonel e o sindicato único, informou que os Estatutos já foram elaborados, tendo ficado umas cláusulas pendentes que cada uma das direcções ficou de analisar. Esta direcção, quando tiver novidades sobre este assunto o CG será informado. Quanto aos hospitais e os protocolos, o sindicato único resolvía, é verdade. Enquanto isso não acontece, a direcção envidará todos os esforços para que protocolos assinados com um sindicato possam ser extensivos a todos os associados dos sindicatos da FEBASE. Relativamente ao Novo Banco não escondemos que é um problema para o país e para os bancários em particular. O presidente, António Ramalho convocou para uma reunião todos os sindicatos da banca, reunião em que também esteve a DRH, para nos informar que em 2016 tinham deixado o banco 1400 trabalhadores mas, como não foi vendido, há ainda a necessidade de reduzir os trabalhadores para cerca de 5400 e balcões para 470. Isto significa que irão sair mais 350 trabalhadores. Entre 150 e 200 irão por reformas antecipadas que abrangerá os que tiverem 58 anos. Para os restantes será aberto um processo de rescisões em que as condições variam entre o 0,6 e 1,5 mês de salário por ano de serviço, em função da antiguidade. A FEBASE fez um comunicado que foi colocado no “site” do SBC em que é disponibilizado todo o apoio jurídico para todos os trabalhadores que o solicitarem. A DRH do Banco também se mostrou sensível e disponível para apoiar.

Presidente da MAG/CG, Carlos Silva manifestou a disponibilidade, tanto dele, como da UGT em contribuir para a solução e ajudar a resolver os problemas. Referiu que a situação aludida, pelo conselheiro Guiné, da resolução da dívida do SNS ao SBN, nasceu numa reunião por ele agendada com o 1º ministro que, por sua vez, encaminhou para o ministro da tutela. Diz não saber quais as demarchés feitas no SBC, apenas sabe que em tempos o ministério propôs pagar com desconto o que parece não ter sido aceite. Foi por seu intermédio que Presidente do SBSI conseguiu uma reunião com o Dr. Alberto João Jardim para desbloquear uma dívida de 2 milhões de euros, do então

governo da Madeira, para com o SBSI. O Novo Banco considera que é de facto um problema para todos, e para ele em particular, porque faz parte dos quadros da instituição. Obviamente que se o banco viesse a ser liquidado ele também seria atingido. Espera, contudo, que as coisas se resolvam com os menores custos possíveis para os trabalhadores e para o país. Sobre a CGD concorda com os conselheiros, que intervieram sobre este assunto, e diz que o facto de nos tempos da troika terem sido implementadas muitas restrições nos direitos laborais, isso não quer dizer que não se possam e devam alterar. Se o presidente da CGD não se mostrar disponível para o diálogo, recorre-se ao governo. Os sindicatos têm que ser assertivos, quando não se consegue de uma forma tenta-se de outra. A UGT até é parceiro na concertação social e em diálogo quase permanente com o governo. Sugeriu que se fizessem visitas aos balcões do Novo Banco para manifestar apoio aos trabalhadores. Até 10 de Março está aberto o processo de rescisões, se não houver adesão suficiente terá que abranger outros. A UGT está a acompanhar, mas compete às direcções monitorizar este processo.

Presidente da direcção sobre a dívida do ministério da saúde diz que as direcções anteriores não andaram a dormir. Quando nos propuseram o pagamento com desconto, as condições era saldar simplesmente as contas não havendo lugar a devolução nenhuma. Quer isto dizer que o SBC tendo um saldo a seu favor de cerca de 2 milhões €, aceitando não recebia nada, daí não ter havido acordo, o que parece bem.

Francisco Carapinha pergunta à direcção em especial à presidente, porque este é o local próprio para sermos informados, se em 2019 quando estão previstas novas eleições no SBC e no SBSI poderá haver fusão entre estes dois sindicatos. Parece que a presidente sabe mais sobre este assunto. O sindicato dos Quadros é um sindicato como outro qualquer, até porque os sindicatos verticais têm responsabilidades no aparecimento destes sindicatos, assim como do STEC. Há ou não abertura do SBSI e SBC para a fusão?

Presidente da direcção a presidente diz não ter nada na manga nem nenhuma informação relevante sobre a fusão dos sindicatos, ventilada na intervenção do conselheiro anterior. O que sabe é que se os sindicatos verticais fossem um único, seria o maior sindicato da banca e do país. Assim o SNQTB – Sindicato Nacional dos Quadros Técnicos Bancários - com 17/18 mil associados, no activo, tem mais que qualquer um dos outros. Todos os sindicatos estão a perder sócios em consequência da reestruturação que tem acontecido na banca. Os sindicatos têm que ter coragem e reestruturarem-se também, para reduzirem a sua estrutura de custos, começando pelo pessoal tanto a nível dirigente, como pelos empregados. Deu o exemplo de uma reunião em que se deslocam dirigentes do SBC, do SBN e do SBSI, se fosse um sindicato único não havia essa necessidade. É sua convicção, que mais tarde ou mais cedo, os sindicatos da FEBASE terão que se entender e avançar decididamente para um sindicato de âmbito nacional, sob pena de deixarem de satisfazer as legítimas aspirações dos associados e paralisarem por falta de meios.

Presidente da MAG/CG é de opinião que em 2019 bem que poderia haver uma Assembleia Eleitoral para o tal sindicato de âmbito nacional. No SBN está a decorrer um acto eleitoral com problemas vários em que eu já fui chamado a intervir a pedido dos sociais-democratas. No SBSI também estão a acontecer problemas graves a ponto do vice-presidente ter sido demitido. Entrar num sindicato nacional sem o SBN terá consequências desastrosas, até para a UGT. Os sindicatos verticais têm vindo a perder sócios há vários anos. A título de exemplo o SBN tinha, em 2013, 18 000 associados, em 2016, 13 500 sendo que a grande maioria são reformados e uma estrutura com 400 trabalhadores. O SBSI tem 42 000 associados mas 29 000 são reformados e uma estrutura com 1 700 trabalhadores. No SBC, como sabemos, dos cerca de 4 800 associados mais de metade são reformados. Perante esta realidade é preciso, de facto, fazer alguma coisa para evitar a queda no abismo. Alertou para o que a UE tem vindo a discutir sobre a representatividade sindical, onde se poderá impor que o sindicato com maior representatividade será o que negocia o ACT, os outros limitar-se-iam a aceitar o que eles decidissem. Os orçamentos são o reflexo das dificuldades que se fazem sentir no sector bancário e o que isso implica na sindicalização.

Presidente da direcção reafirmou estar fora de questão avançar para o sindicato único sem consultar os associados. Houve uma comissão que elaborou os Estatutos agora é preciso dar os passos seguintes. Se os bancos e outras grandes empresas conseguem fundir-se, gerar sinergias, diminuindo custos e ganhando economias de escala, satisfazendo os vários interesses em jogo, porque não hão-de os sindicatos serem capazes de se juntar? Haja vontade e tudo se conseguirá.

Presidente da MAG/CG disse ao CG que em Abril iria participar, por convite, num movimento da criação da maior central sindical da América Latina. Esta central irá representar cerca de 21 milhões de trabalhadores. Em Espanha, aqui bem perto, fala-se na possibilidade de uma fusão das Comisiones Obreras com a UGT que, a acontecer, representará também alguns milhões de trabalhadores. Se estes conseguem, nós também conseguiremos. Claro que é preciso debater este assunto com os sócios, e auscultá-los em assembleia geral.

Francisco Carapinha interveio para realçar que o que ele disse, na intervenção anterior, deve ser visto como um incentivo e não como crítica ao sindicato único. O projecto de Estatutos elaborado deveria estar disponível para os conselheiros e secretariados analisarem e poderem pronunciar-se.

Presidente da direcção diz aceitar a proposta do conselheiro Carapinha e vai enviar, por mail, para evitar custos, o projecto de Estatutos do sindicato único, para todos os conselheiros. Esta direcção entende que quanto mais partilhar a informação, mais se fortalece.

Ponto 1 – Informações

Presidente da MAG/CG informou que havia duas ATAS 162 e 163, do penúltimo e último, conselhos gerais respectivamente para serem ratificadas. Pediu ao CG a dispensa da leitura das mesmas o que foi aceite. As ATAS foram votadas separadamente, tendo ambas sido ratificadas, sem votos contra, com duas abstenções para ATA 162 e uma abstenção na ATA 163. Estas abstenções são de conselheiros que não estiveram presentes naqueles conselhos gerais. Ratificadas as ATAS foi dada a palavra à direcção.

Presidente da direcção o assunto CGD e Novo Banco já foi tratado no ponto anterior, sobre o Banco Popular disse que os presidentes dos sindicatos foram contactados, pelo presidente do Banco para os informar, o que regista com agrado, que ia comunicar à CMVM que o banco em Portugal ia passar a ser sucursal do Banco Popular de Espanha. Foi-lhe perguntado em que é que isso afectaria os trabalhadores ao que respondeu que não afectaria nada. Esta decisão tinha a ver, simplesmente, com contenção de custos e beneficiar de alguns aspectos fiscais. O que havia a fazer no que respeita ao pessoal foi feito, saímos de lá descansados.

Carlos Bicho, Coordenador Conselho Gerência dos SAMS nas intervenções anteriores já, quase tudo, foi dito do que tinha para dizer sobre SAMS. Mesmo assim reitero que estamos empenhados em reduzir custos sem afectarmos os benefícios dos associados. Estamos a analisar as tabelas das participações e concretamente na implantologia parece-nos que as tabelas estão bastante acima do razoável que se pratica no mercado. O Regime Geral está confrontado com o aumento nas consultas, medicamentos e hospitais. O Regime Especial tem tido mais custos na participação dos lares de idosos. Os bancários ficam mais velhos crescem os custos nesta área. Também já houve contactos com a advancecare e com a faculdade de medicina de Aveiro, ainda não houve avanço nas negociações, vamos ver se haverá, ou não, interesse em celebrarmos protocolo com eles. A complementaridade com a ADSE e marcação de consultas, os procedimentos foram alterados, agilizando processos para melhor servir os beneficiários. No próximo CG talvez possamos trazer informação mais concreta sobre o que já se conseguiu avançar nesta estratégia de diminuir custos sem afectar os benefícios.

André Cardoso na sequência do que foi dito sobre a necessidade de um sindicato de âmbito nacional e de se falar a uma só voz, disse que um bom exemplo vai ser o 1º de Maio em que haverá um espaço reservado com a imagem da FEBASE, onde todos nos concentraremos para celebrar o dia do trabalhador. Quanto à contratação colectiva diz que é urgente que o AE da CGD seja assinado e que possamos desbloquear os problemas já aqui apontados. O novo AE do Montepio já foi publicado no BTE - Boletim Trabalho Emprego. Relativamente ao Banco de Portugal foi apresentada a denúncia do AE por parte da entidade patronal. Fomos informados que querem negociar um novo AE que embora contemple melhorias relativamente ao ACT e AE's da restante banca, há cláusulas que querem rever em baixa, concretamente as ajudas de custo a pagar nas deslocações ao estrangeiro. Estão disponíveis para aplicar o "per-capita" relativamente aos descontos para os SAMS e disponíveis para negociar. Crédito Agrícola, foi enviado um ofício para assinatura da nova tabela salarial por forma, a que ou a entidade proceda à negociação do AE, ou então fica, por esta via, inviabilizada a possibilidade de caducidade da convenção colectiva nesta instituição.

Gentil Louro, Coordenador dos Tempos Livres informou o CG que este ano o SBC conseguiu alargar o acordo, para todo ano, de 2 para 3 apartamentos. Além da Pedra dos Bicos e Manta Rota há mais um em Monte Gordo. A ocupação em reserva está nos 75%. Em allotements há acordo para a costa algarvia, costa alentejana e ainda Porto, Lisboa e Madeira. A viagem aos Açores do secretariado de Leiria está lotada com 39 pessoas. Está em divulgação uma visita ao Redondo Florido para 2 dias. Também está prevista uma ida à Galiza e Serralves, pela Páscoa, com visita à colecção Joan Miró, Santiago de Compostela e Toja. Quanto ao desporto, está a dar-se cumprimento ao programa que foi divulgado, um pouco tarde por motivos que todos têm conhecimento, havendo necessidade de corrigir algumas datas de provas de mar, porque este nem sempre nos quer lá. Até agora apenas se realizou a final nacional de futsal de veteranos, em que o nosso representante foi a equipa da Guarda, que se classificou em 3º lugar, com derrota por 2-1 e vitória por 3-2. Dia 11 e 18 deste mês começa o surfcasting, ambas as provas na praia da Consolação, porque a final nacional será aí realizada. Aceitam-se propostas para outros eventos que possam ter pernas para andar.

Ponto 2 – Análise discussão e votação de:

a) - Orçamento Suplementar da Acção Sindical 2016

b) - Orçamentos Ordinários para o ano 2017 dos Regimes Acção Sindical, SAMS – Regime Geral – SAMS Regime Especial;

Tesoureiro da direcção, Pedro Veiga, apresentou orçamento suplementar focando-se nas operações de rectificação ao orçamento original em que foi possível corrigir rúbricas de que resultou uma redução do deficit em 8.745€. Constata-se que as despesas aumentam e as receitas diminuem o que torna cada vez mais difícil equilibrar os orçamentos, como adiante se verá nos orçamentos ordinários para 2017. Conseguimos cortar no papel, privilegiando o envio de comunicação por e-mail. Foram suprimidas as Rúbricas "Formação" "Gabinete Económico" e todas as comissões de empresa com excepção da do BCP. Os falecimentos e a reestruturação da banca têm feito diminuir significativamente o número de associados que, como já foi dito, tem tido enorme reflexo nas receitas de quotização. Com todas as correcções efectuadas o Orçamento Suplementar, distribuído atempadamente aos associados para que se possam pronunciar, é deficitário em 77.600€. Estamos, naturalmente, disponíveis para todos os esclarecimentos, de quaisquer dúvidas, que possam subsistir.

Presidente da MAG/CG estando abertas as inscrições para discussão do orçamento suplementar, perguntou ao CG se alguém queria intervir o que não aconteceu. De seguida colocou à votação e o orçamento suplementar de 2016, foi aprovado por unanimidade e aclamação.

Continuando neste ponto da OT deu a palavra à direcção para apresentar os Orçamentos ordinários, dos três Regimes, para 2017 - Acção Sindical; SAMS Regime Geral e Especial – Informou o CG que, embora sejam

apresentados e discutidos separadamente, a votação será global no final das intervenções para discussão de todos eles.

Tesoureiro substituto, Fernando Miguel, começou por apresentar o regime Acção Sindical. Constatou que a reestruturação da banca veio para ficar o que afecta significativamente a sindicalização, com a perda permanente de associados. Menos associados menos receita, que se traduz em mais dificuldades para equilibrar os orçamentos. Só há uma saída, cortar nos custos sem que os sócios percam benefícios. Sabemos que é uma equação de difícil equilíbrio mas, para a qual tentaremos encontrar solução. Na Acção Sindical prevemos uma quebra na receita de cerca de 103 mil € sobretudo pela menos receita de quotizações na ordem dos 105 mil. Contamos reduzir a despesa em cerca de 129 mil €, apesar de forte investimento concretamente na área de informática. Continuaremos a assumir o esforço financeiro de cerca de 165.000€ para comparticipação de medicamentos. Este nosso optimismo, de redução de despesa, assenta na melhoria de eficiência na estrutura de custos nos serviços gerais em que prevemos gastar menos cerca de 65.750€.

Presidente da MAG/CG deu a palavra aos conselheiros e intervieram:

António Joaquim manifestou a sua discordância em transferir verbas da acção sindical para outras áreas, como a comparticipação de medicamentos, porque sendo ele da CGD é discriminado em relação aos outros colegas. Não se conforma que um cônjuge de um associado do SBC tenha direito a usufruir de consultas grátis nos postos clínicos, comparticipação nos medicamentos e, sendo ele bancário, só porque pertence à CGD, não tem direito a nada. Reafirma que é uma situação que já por várias vezes denunciou sem que tenha havido vontade para se resolver. Por tudo o que ficou dito vai votar contra este orçamento.

Leonel Silva manifestou-se preocupado com os deficits sucessivos que se vêm apresentando nos orçamentos e nas contas do sindicato. Pergunta se não haverá por onde cortar, de forma efectiva, nos custos para que os orçamentos e as contas se equilibrem. Por este caminho, mais tarde ou mais cedo, teremos problemas sérios para satisfazer as legítimas aspirações dos associados.

António Guiné interveio para colocar a questão dos valores para o gabinete de contencioso e a que se referem as verbas para trabalhos especializados. Se aquelas verbas já incluem ou se serão acrescidas de IVA.

Presidente da direcção diz que a comparticipação extraordinária dos medicamentos foi implementada numa altura complicada de dificuldades para os portugueses e bancários em particular. A ideia era que fosse provisória e repartiram-se os custos da medida, pelos Regimes Acção Sindical e SAMS - Regime Especial em 50% para cada. Compreende a posição do conselheiro António Joaquim que, como bem disse, os colegas da CGD não beneficiam dessa ajuda, de carácter excepcional, mesmo sendo o Regime de Acção Sindical a suportar 50% dos custos. Prometeu analisar, no seio da direcção, a situação concreta dos colegas da CGD no acesso aos postos clínicos e tentar minimizar o custo das consultas que agora suportam.

António Joaquim diz que não quer arranjar confusão. Reafirmou que ainda é sócio do SBC por uma questão de consciência de classe, o que nos tempos que correm é uma situação anormal. Não sabe por quanto tempo se manterá se nada for feito, já que não tem nenhum benefício em termos de saúde, sendo esta a principal razão da maioria dos que são associados. Lembrou que foi um dos primeiros a alertar para o possível aparecimento de um sindicato da CGD tal como o dos Quadros. Na altura foi dito que eram meia dúzia que não iriam ser capazes de nos fazer concorrência, daqui a 4/5 anos se não se alterar a estratégia, somos nós que não conseguiremos fazer-lhe concorrência a eles.

Presidente da direcção reconheceu que este é um assunto recorrente e, como já foi dito atrás, a direcção terá que analisar. Em resposta ao conselheiro Guiné, informou que as verbas dos trabalhos especializados é um contrato de prestação de serviços e que já incluem IVA. Ao conselheiro Leonel disse que esta direcção está apostada em reduzir custos e deu como exemplo a supressão de 4 viaturas que estavam em regime de renting. Será pouco, dirão alguns, não se pode reduzir tanto que prejudique a actividade do sindicato. Também saíram alguns trabalhadores, incluindo um advogado que custava 40/50.000€ ano que não vai ser substituído. O departamento de contencioso ficou a cargo do Dr. José Manuel Esteves que passou a fazer horário completo, mesmo assim vai haver uma poupança significativa. Estamos a renegociar todos os contratos com os fornecedores, havia mais impressoras que empregados, vai passar a haver uma por piso, com estas medidas pensamos poupar 13.000€. Nestes 2 meses a prioridade tem sido renegociar, o que é possível, para reduzir custos. “Roma e Pavia não se fizeram num dia” e nós estamos empenhados em reformas com impacto na contenção de custos, sem afectar os benefícios dos associados.

Presidente da MAG/CG reconheceu que o António Joaquim tem razão na intervenção que fez, não deixou de lhe lançar um repto que atendendo à intervenção da presidente da direcção sobre o assunto, será suficiente para o conselheiro não votar contra os orçamentos. Os colegas da CGD têm os serviços sociais, mas enquanto associados do SBC a direcção terá, como disse a presidente, que encontrar um ponto de equilíbrio suportável para os SAMS e que satisfaça estes associados.

Fernando Miguel, passou a apresentar o Regime Geral mantendo o discurso de que é necessário maior eficiência na aplicação dos recursos, agilizando procedimentos e cortando nos custos supérfluos. Espera-se que as contribuições dos bancos aumentem cerca de 3% (270.000€) por via da aplicação pelas IC's do “per-capita”. Do lado dos custos, estima-se que as comparticipações aumentem cerca de 6,2%, as consultas mais 8,2%. Em contrapartida prevê-se diminuir os custos com pessoal em 4,7%, FSE – fornecimentos e serviços externos – mercê das renegociações em curso, os custos diminuirão cerca de 8,9%. Globalmente espera-se reduzir, os custos com pessoal e FSE, em cerca de 60.000€. Estamos empenhados em implementar um modelo de gestão eficaz para que no próximo ano, possamos apresentar orçamentos e contas equilibradas.

João Paulo Carrasco diz que este parece um discurso contabilístico do corta aqui e põe ali. Preferiria que o equilíbrio fosse encontrado com a receita de quotização de novos associados e deixar de estar fixados só no corte de despesa. Os carros se se pagam não é para estarem parados, vão á CGD que bem precisam de fazer umas visitas e conseguir mais sócios.

Presidente da direcção respondendo à intervenção do conselheiro anterior diz que se isto fosse mero acerto contabilístico seria fácil de equilibrar. O Problema é a escassez de recursos para satisfazer tantas necessidades. Não estamos sozinhos, temos concorrência, temos que minimizar aonde for possível. Sabemos que as nossas tabelas de implantologia têm valores muito acima da concorrência, temos que encontrar forma de, sem prejudicar os nossos beneficiários, prestarmos este serviço a um menor custo. As TAC, o acesso aos hospitais de S Francisco e da CUF é mais um assunto em cima da mesa para se renegociar, donde possamos trazer benefícios para os nossos sócios, reduzindo custos.

Carlos Bicho sobre a comparticipação dos medicamentos a 100% assume que é um custo acrescido para o sindicato. Havendo a preocupação com os custos, também há com as necessidades dos associados.

Fernando Miguel o sindicato dos Quadros tem consultas externas a 38€ e nós pagamos 42€. Aqui está uma vertente em que temos que intervir para que possamos negociar valores, no mínimo iguais aos deles, o que representará uma poupança significativa.

António Guiné em tempos sugeriu e, mantém a sugestão, para que nas consultas nos postos clínicos se paguem 5€. Este valor simbólico, serviria de almofada para uma qualquer eventualidade que fosse urgente atender.

Francisco Carapinha tem que se encontrar uma solução para os deficits sucessivos. Os SAMS pagam faturas em duplicado, há protocolos, em que para os mesmos actos, as empresas protocoladas cobram menos aos seus clientes, do que cobram aos SAMS. É preciso averiguar estas situações e tomar medidas.

Leonel Silva considera as perguntas respondidas e reitera que é preciso fazer um levantamento da situação, cortar na gordura supérflua, sem cortar nos benefícios. Do que ouviu, parece-lhe que se está no caminho certo.

Carlos Bicho sobre os 5€ a pagar nas consultas nos postos clínicos, sugerido pelo conselheiro Guiné, diz não concordar. Nas consultas externas com entidades protocoladas os SAMS reembolsam a totalidade das consultas. As entidades protocoladas ficariam em vantagem, porque muitos associados prefeririam uma consulta no exterior, em que não suportariam qualquer custo, em detrimento do posto clínico onde teriam de pagar. Quanto ao que disse o Carapinha e a duplicação de faturas, a ser verdade, é gravíssimo e, deveria ter sido de imediato denunciado. Desconhecemos essa situação mas, naturalmente, iremos analisar minuciosamente a faturação e tirar conclusões.

Fernando Miguel passou ao Regime Especial que apresenta um orçamento deficitário 85.700€, essencialmente pelo esforço em investimento nos postos clínicos de Coimbra e da Guarda, pela obrigatoriedade de reunirem condições impostas pela autoridade de saúde. O investimento anual estima-se que ascenda aos 293.500€ suportados por capitais próprios e receitas provenientes da actividade. Apesar deste orçamento deficitário, a solidez financeira do SBC não será afectada minimamente mantendo intactos todos os rácios de solvabilidade. Também neste regime estamos empenhados em encontrar forma de aumentar as receitas, estando em curso a fase de análise, para se poder agir, tomando medidas assertivas, tendo em vista o equilíbrio das contas.

Presidente da direcção alertou o CG para a situação que o SBC atravessa, dizendo que se os orçamentos para 2017 são motivo de preocupação, as contas, que se irão apresentar em Abril próximo, referentes a 2016 a situação é mais grave. Esta direcção irá analisar todas as situações e tomará medidas que visem o equilíbrio das contas.

Presidente da MAG/CG desafiou o presidente do Conselho Fiscalizador de Contas a intervir o que veio a acontecer.

Presidente do Conselho Fiscalizador de Contas, Manuel Ramos, diz que tem manifestado as suas preocupações pelos deficits que têm sido apresentados nos orçamentos e resultados negativos das contas. Que as reservas que têm servido de suporte foi conseguida ao longo de muitos anos e não nos últimos 2 ou 3 como foi dito pela presidente. Quanto á medida a que se referiu o António Joaquim, comparticipação a 100% dos medicamentos, ela foi tomada a título excepcional, pelo quando a direcção entender pode retirá-la.

Presidente da direcção esclareceu o que tinha dito relativamente às reservas que se nada for feito darão para mais 2/3 anos. Bem sabe que foram precisos muitos anos para conseguir esta almofada. O SBC mesmo com as dificuldades apontadas, não tem dívidas ao fisco nem salários em atraso, mas nos últimos 2 anos apresentou prejuízos. Estávamos habituados a grandes resultados financeiros fruto das aplicações financeiras, agora também aí os resultados das aplicações são residuais. Retirar a comparticipação excepcional dos medicamentos, quando há outros que o fazem, não parece uma boa medida. Neste momento temos cerca de 1900 associados no activo se baixarmos as comparticipações não sei que impacto irá ter.

Presidente do Conselho Fiscalizador de Contas, não sendo contra a que a medida se mantenha, entende que as reservas criadas no regime geral é que deveriam suportar os custos desta comparticipação.

Presidente da MAG/CG considera que a decisão na altura foi boa. Mas como em tudo na vida receber é bom, mas retirar é mau. Considera por isso ser difícil, para os associados, entender a retirada deste benefício. No entanto, se se esgotarem as condições, há que tomar medidas, lembrando que a medida foi implementada com carácter excepcional. O contrato com o Dr Ferreira Silva também terá que ser reavaliado. Todos sabemos que nos foi muito útil quando houve o diferendo nas eleições que se decidiram em tribunal. Isso foi há 10 anos, continuamos a estar-lhe gratos, mas com toda a certeza ele estará disponível para ouvir o que temos para lhe propor. Quanto aos associados da CGD, considera que é uma questão de justiça, rever a situação relativamente ao acesso aos postos clínicos. Tem que se dar um voto de confiança à nova direcção, concluiu.

Presidente da direcção o contrato do Dr Ferreira da Silva foi objecto de análise na primeira reunião desta direcção, quando se analisou a saída do advogado para a reforma. Já lhe foi comunicado que queremos reunir com ele, reunião que ainda não se concretizou por falta de agenda. Os documentos que o Dr Monteiro elaborava e que o Conselho fiscalizador de contas apreciava, eles constam deste orçamento, foram feitos pela presidente da direcção e pelos tesoureiros.

Presidente do Conselho Fiscalizador de Contas, pede à direcção para que lhe faça chegar a documentação de acordo com o que consta nos Estatutos, nada mais.

Terminadas as intervenções sobre este ponto da OT, o **Presidente da MAG/CG** colocou á votação global a proposta de Orçamento o SBC para 2017 (os orçamentos da Acção Sindical; SAMS Regimes Geral e Especial) que foram aprovados por maioria, com uma abstenção.

Ponto 3 – Eleição dos Delegados do SBC ao Congresso da UGT.

Presidente da MAG/CG introduziu este ponto e deu a palavra à direcção para apresentar a lista de candidatos a delegados.

Presidente da direcção, coordenadora da TSS apresentou a lista que se transcreve e que foi votada por voto nominal e secreto.

Lista de Candidatura ao XIII Congresso da UGT

Efetivos:

Francisco Jacinto Carapinha Barrenho
Silvino Santos Madaleno
Manuel António Ferreira Rodrigues
Gabriel Pereira Rodrigues
Carlos Grilo Bicho
Gentil Reboleira Louro
Sónia Josefa Pereira Pinto
João Paulo Carrasco Ferreira
André João Oliveira Cardoso
Pedro Carmo Henriques Veiga
António Sousa Alexandre
Manuel Alberto Gonçalves Góis
João Miguel Silva Lopes
António Couto Ribeiro
José Henrique Arnelas Fazendeiro

António Manuel Brito Sequeira Mendes
Helder Gustavo Marques Almeida
Fernando Miguel Gonçalves Pereira
Sandra Maria Saraiva Costa
António João Soeiro Pimentel
Leonel Mendes Sousa Silva

Suplentes:

Micaela Jesus Ribeiro Sousa
Maria José Antunes Correia
Carlos Jorge Graça Freitas

Presidente da MAG/CG após escrutínio, apresentou o resultado:

42 votantes, 34 (trinta e quatro) votos a favor; 6 (seis) votos brancos; e 2 (dois) votos nulos.

Nada mais havendo a tratar, **o presidente da MAG/CG**, pelas 18 horas, encerrou os trabalhos deste Conselho Geral, desejando a todos um bom regresso a casa.

Lista de Presenças dos membros com direito a voto, de acordo com o artigo 33º dos Estatutos do SBC:

- Carlos Manuel Simões da Silva – Novo Banco – Avelar;
- Manuel Alberto Gonçalves Góis – BPI – Coimbra;
- Amílcar Monteiro Pires – Banco BPI – Guarda;
- António Sousa Alexandre – Banco BPI – Viseu;
- Helena Maria Faria Carvalheiro – Banco Santander – Coimbra;
- André João Oliveira Cardoso – Millennium BCP – Coimbra;
- Pedro Carmo Henriques Veiga – Banco BPI – Caldas da Rainha;
- José Henrique Arnelas Fazendeiro – Banco BPI – Lousã;
- António Aurélio Guiné Cardoso – Novo Banco – Coimbra;
- José Mário Simões Carvalho – CGD – Miranda do Corvo;
- Joaquim João Simão Bandeira – Novo Banco – Condeixa;
- Gonçalo Miguel Gama R. Fernandes – Millennium BCP – Coimbra;
- Nuno Humberto Cardoso Teodósio - BPI - Montemor-o-Velho;
- Armando Belarmino Costa Pimentel – CGD – Góis;
- José Manuel Contente Alves Elias – Novo Banco – Coimbra;
- Carlos Vicente Paredes – BPI – Coimbra;
- Gabriel Pereira Rodrigues - Banco Santander – Guarda;
- João Paulo Carrasco Ferreira – Caixa Geral de Depósitos – Guarda;
- António Joaquim – Caixa Geral de Depósitos – Guarda;
- Aníbal Augusto Cabral A. Carvalho - Millennium BCP – V. Nova de Foz Côa;
- Manuel Francisco Fonseca Gonçalves - Montepio - Guarda
- Francisco Jacinto Carapinha Barrenho – Caixa Geral de Depósitos – Leiria;
- António Manuel Brito Sequeira Mendes – Banco BPI – Benedita;
- Luís Fernando Lucas Prior - CGD - Figueiró dos Vinhos
- António Carlos Correia Gonçalves – Millennium BCP – Caldas da Rainha;
- Vítor Manuel Sousa Agostinho – Novo Banco – Marinha Grande;
- Micaela Jesus Ribeiro Sousa – Millennium BCP – Leiria;
- Susana Mónica Bernardo Pedreira - BCP - Peniche;

- Leonel Mendes Sousa Silva – Novo Banco – Marinha Grande;
- Carlos Jorge Graça Freitas - Montepio - Leiria;
- José Duarte Ramos - Novo Banco – Marinha Grande;
- António Couto Ribeiro – Caixa Geral de Depósitos – Tondela;
- Hélder Gustavo Marques Almeida – Millennium BCP – Viseu;
- Leonilde Pereira Cardoso Vieira – Banco BPI – Sátão;
- José Manuel Duarte Sampaio – Millennium BCP – Tondela;
- José Nuno Sarmento Lapa e Nápoles - BST - Viseu II
- Acácio Santos Amaral – Banco BPI – Sátão;
- João Carlos Barroso R. Almeida – Millennium BCP – Viseu;
- Agostinho Nascimento S. A. Santos - CA - Viseu;
- Fernando Pereira Rodrigues – CA – Vila Nova de Paiva;
- Silvino Santos Madaleno - Millennium BCP – Figueira da Foz;
- António João Soeiro Pimentel - BCP - Coimbra.

Foram substituídos os Conselheiros:

- Isabel Cristina M Ferreira Machado - BST - Condeixa por José Manuel Abreu Cardoso - BST - Coimbra
- Maria Fátima Simões Gonçalves - CA - Coimbra
por Carlos Vicente Paredes - BPI - Coimbra
- Alexandre Alberto Alliot Madeira- BIC - Guarda
por Manuel Francisco Fonseca Gonçalves - Montepio - Guarda
- Cristina Maria Ferreira Oliveira - CGD - Marinha Grande por José Duarte Ramos - NB - Marinha Grande
- Rui Manuel Silva Correia Pina - CA - Sátão
por Fernando Pereira Rodrigues - CA - Vila Nova de Paiva

Faltaram:

- Lidia Maria Froufe Gomes Costa - CGD - Coimbra
- Armando José A R Nobre Pimentel - BST
- Vitor Costa Janeiro - BCP - Figueira da Foz
- José Manuel Abreu Cardoso -BST - Coimbra
- Fernando João Bela Moreira Lima - CGD - Caldas da Rainha

Coimbra, 27 de março de 2017

A Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Geral

O Presidente



O Vice-Presidente



1º Secretário



2º Secretário

